

# **Ações Afirmativas na Universidade Brasileira: a Experiência da UFABC.**

Jard da Silva Sidney.

Cita:

Jard da Silva Sidney (2010). *Ações Afirmativas na Universidade Brasileira: a Experiência da UFABC*. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/255>

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**

**Ações Afirmativas na Universidade Brasileira:  
a experiência da UFABC**

**(versão preliminar)**

Ana Keila Mosca Pinezi  
Artur Zimmerman  
Sidney Jard da Silva

Santo André  
Junho de 2010

## **Resumo**

A partir da análise de dados quantitativos sobre o perfil sócio-econômico dos primeiros candidatos ao Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T) da Universidade Federal do ABC (UFABC), o artigo retoma o estudo de duas críticas recorrentes ao processo de democratização das oportunidades de acesso no sistema universitário brasileiro. A primeira delas é a de que as políticas de inclusão no ensino superior precisam ser pensadas dentro de um contexto mais amplo de políticas públicas para que haja, de fato, mudanças no que tange à inclusão educacional. A segunda é a de que as propostas de ações afirmativas são obstaculizadas pelos tradicionais mecanismos de seleção via vestibular, haja vista que esse é o caminho privilegiado de acesso das classes médias às universidades brasileiras.

O problema de pesquisa foi formulado nos seguintes termos: os instrumentos tradicionais de seleção (vestibulares) são adequados para a realização de novas políticas de inclusão no ensino superior? O estudo analisa dados sócio-econômicos dos candidatos dos três primeiros vestibulares realizados pela UFABC. Ao total, foram analisados dados referentes a mais de 30.328 candidatos: 12.508 no primeiro vestibular (2007), 9.392 no segundo vestibular (2008) e 8.428 no terceiro (2009).

A partir da experiência pioneira da UFABC, primeira universidade federal a reservar metade das suas vagas aos egressos de escolas públicas, o artigo demonstra que a adoção de ações afirmativas isoladas não é suficiente para romper com a tradicional tendência de elitização do perfil sócio-econômico dos candidatos às universidades públicas brasileiras.

Palavras-chave: ação afirmativa, vestibular, perfil sócio-econômico, ensino superior, políticas públicas.

## ***Introdução***

Em 2001, os professores Rita Segato e José Jorge de Carvalho, do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB), lançaram uma proposta de política de cotas para negros e vagas para índios para a referida universidade. Esse episódio gerou uma forte discussão, atravessada por conflitos, no meio acadêmico e nos meios de comunicação que perdura até os dias de hoje.

Em 6 de junho 2003, a UnB aprovava um Plano de Metas para a Integração Étnica, Racial e Social, que previa cotas para negros e vagas para índios (Carvalho, 2006). Assim, um grupo constituído por 15 indígenas puderam, pela primeira vez na história brasileira, ingressar em uma universidade pública. No mês de agosto do mesmo ano, 378 negros ingressaram na universidade por meio das cotas.

Segundo Carvalho (2006), há quatro motivos fundamentais que justificam a urgência e a legitimidade do estabelecimento de políticas de cotas nas universidades públicas. São eles:

- o da reparação: os mais de 300 anos de escravidão dos negros no Brasil trouxeram conseqüências negativas inegáveis à população negra ao longo da história. Isso seria, então, compensado por uma política de cotas para negros nas universidades;

- o da cobrança de um direito: segundo da Constituição da República, de 1989, todos os cidadãos têm direito de ter um tratamento igual no que tange a serviços públicos, inclusive o que diz respeito ao acesso ao ensino gratuito. Como há um percentual extremamente baixo de negros que estudam em universidades públicas, as cotas seriam uma forma de garantia do mínimo de direito à participação dos negros aos benefícios do Estado;

- o da participação de negros e indígenas no meio universitário: o que possibilitaria um enriquecimento da produção de saberes a partir da diversidade cultural presente no nosso país, trazendo, ainda, a oportunidade de repensar o preconceito e o etnocentrismo, assim, combatê-lo;

- o da intensificação do combate ao racismo e à discriminação no Brasil: a presença dos negros no meio acadêmico propiciaria a abertura do debate do racismo e o enfrentamento do mesmo.

A defesa das políticas de cotas também trouxe à tona o debate sobre o próprio “racismo acadêmico brasileiro”; implícito no discurso em defesa do universalismo dos critérios de acesso à universidade e subestimado pela comunidade científica. Segundo Carvalho (2006), o racismo acadêmico “tem sido estável, constante, intenso e generalizado”, o que exige uma crítica vigorosa do grupo que o reproduz<sup>1</sup>.

Os defensores das políticas afirmativas observam que as políticas universalistas, em si mesmas, não são capazes de propiciar acesso às minorias excluídas porque deixam de lado a diversidade de grupos e culturas.<sup>2</sup> Segundo esses autores, num país como o Brasil, multiétnico e multiculturalista, o universalismo torna-se, na prática, uma política de segregação e de exclusão social. É preciso, portanto, que sejam respeitadas as trajetórias peculiares dos grupos sociais (étnicos, de gênero, de sexo etc.), bem como seu repertório cultural e suas especificidades na formulação de políticas de ação afirmativa e das políticas públicas em geral.<sup>3</sup>

Não se pode, no entanto, pensar a inclusão de grupos excluídos do acesso à educação no Brasil reduzindo o debate à questão das cotas sociais e/ou raciais. As políticas de Ações Afirmativas no campo da educação, para além das cotas, devem centrar-se em propostas mais amplas que ultrapassem

---

<sup>1</sup> “O racismo acadêmico pode ser compreendido como um tipo de racismo específico vinculado ao *’Ethos acadêmico’* e caracteriza-se pela adoção, no âmbito das universidades, de um conjunto de noções e práticas. Essas noções tomam por base a crença na existência de uma hierarquia entre as raças, o que leva a justificar a necessidade de preservar a dita raça superior de toda a mestiçagem, o seu direito de dominar as outras, a promoção das desigualdades sociais, a segregação e o preconceito. O termo designa também o conjunto de reações, manifestas ou veladas, que, conscientemente ou não, estão relacionadas a esse conjunto de noções. Os indivíduos portadores de fenótipo distinto daquele aceito hegemonicamente (no caso do Brasil, o padrão branco europeu) estão sujeitos potencialmente a sofrerem os abusos expressos em algum tipo de prática racista” (Moura, 2006, p. 175).

<sup>2</sup> O grupo mais proeminente na defesa das “políticas universalistas” concentrou-se nas universidades públicas de maior prestígio do país, a UFRJ e a USP (Carvalho, 2006).

<sup>3</sup> Vale a pena notar os dados do IPEA, de 1999, sobre a taxa de analfabetismo da população de 25 anos, que aponta as diferenças entre os diversos grupos da população brasileira: “Verificando os dados do IPEA, constatamos que a taxa nacional de analfabetismo dos brancos é de 10,4%, no Brasil; dos pardos, 25,2%; dos negros, 25,9%. Se somarmos negros e pardos, encontraremos um percentual de 50% da população negra que é analfabeta” (Brito, 2006, p.115).

as políticas de caráter emergencial (Gonçalves, 2006). Políticas Públicas no campo da educação só podem ter maior chance de êxito se pensadas em contextos gerais, em termos de sociedade, em que os diferentes elementos que compõem a identidade social e cultural da população de um país sejam valorizados, sem deixar de lado as peculiaridades regionais e locais dos grupos que serão por elas atendidos.

É a partir dessa reflexão que se pretende analisar os dados obtidos por meio de um *survey*, aplicado aos vestibulandos da Universidade Federal do ABC, nos processos seletivos de 2007, 2008 e 2009. A proposta é compreender quantitativa e qualitativamente o que esses dados revelam. Em especial, investigar os limites impostos pelos instrumentos tradicionais de seleção, como é o caso do vestibular, para a implementação de novas políticas de inclusão no ensino superior.

### ***A UFABC e o desafio da inclusão regional***

A reparação de uma injustiça histórica com a região metropolitana do ABC Paulista, “coração da indústria brasileira”, ocupou papel de destaque na Exposição de Motivos (EMI, 179/2004/MEC/MP) que acompanhou o projeto de lei de criação da Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC). Tratava-se, nesta perspectiva, de oferecer à população do ABC oportunidade de acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade à altura da importância econômica, política e social da região.

Ao contrário da “cultura elitista” que marcou as iniciativas de criação de instituições do ensino superior no Brasil, a criação da UFABC marcaria o nascimento de uma universidade comprometida com a democracia e com a inclusão social: “uma universidade democrática, de gestão participativa com efetiva contribuição de trabalhadores, empresários e organizações não governamentais.” (EMI, 179/2004/MEC/MP)

Para cumprir a difícil tarefa de aliar qualidade e quantidade na oferta de ensino superior público e gratuito, a UFABC deveria contar com parceiros estratégicos (poder público e setor produtivo) no processo de implantação e

consolidação da universidade. Este processo, por sua vez, implicaria a adoção de inovações institucionais pouco praticadas na maioria das universidades brasileiras (EMI, 179/2004/MEC/MP):

- laboratórios integrados às empresas;
- programas de formação, pesquisa e extensão decorrentes da parceria entre empresas e universidade;
- observatórios da sociedade e da economia com o propósito de gerar conhecimento, sobretudo sobre as regiões do ABC;
- associação com a administração pública para a formação de pessoal em gestão e políticas públicas;
- associação com a educação básica para a formação inicial e continuada de profissionais e o desenvolvimento de tecnologias educacionais, projetando um novo padrão de integração entre a universidade e a educação básica;
- graduação em regime semipresencial com redução da carga de trabalho em sala de aula presencial, apoio diferenciado ao estudante e valorização dos docentes;
- flexibilidade curricular: instituição de um ciclo básico, ampliação das oportunidades de formação profissional e de acesso à pós-graduação;
- Universidade com autonomia de gestão, financeira e patrimonial, gerida com a participação de seus profissionais, alunos e da sociedade civil.

A vinculação com o setor produtivo, com os governos locais e com as organizações da sociedade civil permitiria a UFABC adotar uma estrutura administrativa “ enxuta”. O desenho organizacional da universidade deveria ser constituído por três centros estratégicos de desenvolvimento científico e tecnológico: I) Centro de Tecnologias e Indústria, II) Centro de Educação e III) Centro de Ciências Sociais.

As metas educacionais eram igualmente ousadas: formação de 20.000 estudantes em cursos de graduação (semipresenciais), 2.500 estudantes em cursos de mestrado profissionais (semipresenciais) e 1.000 estudantes em

cursos de doutorado. Para tanto, a universidade contaria com 600 professores doutores em tempo integral e 1.000 monitores bolsistas dos programas de pós-graduação.

Não obstante o forte apelo social da Exposição de Motivos que acompanhou o projeto de lei de criação da universidade, os documentos institucionais da UFABC, destacadamente seu projeto político pedagógico (PPP), marcam uma importante inflexão no discurso inclusivo que justificou a criação da universidade. Ainda que reafirme o papel relevante da instituição na promoção do desenvolvimento e da democracia, este objetivo não constitui o centro do projeto pedagógico da UFABC, perdendo espaço para temas mais acadêmicos como desenvolvimento científico, inovação tecnológica e interdisciplinaridade.<sup>4</sup>

As referências à inclusão social ocupam, deste então, um papel secundário nos documentos oficiais da universidade, menor ainda é o papel atribuído à parceria com setores da sociedade civil (empresários, trabalhadores e poder público). Em linhas gerais, o projeto político pedagógico da UFABC retoma a tradição humboldtiana da universidade voltada prioritariamente para a promoção do conhecimento científico e apenas secundariamente motivada por preocupações econômicas, políticas e sociais.

Na prática, a universidade passa a conviver com as tensões oriundas das “aspirações inclusivas” que justificaram a sua criação e as “aspirações exclusivas” que buscam justificar o seu status acadêmico. Como conciliar quantidade e qualidade? Pesquisa científica e ensino de massa? Inclusão social e excelência acadêmica? Democracia e meritocracia?

Podemos, assim, identificar no discurso político-acadêmico que marca o nascimento da UFABC dois pólos distintos: I) o discurso político da reparação histórica e da inclusão social; II) o discurso acadêmico da promoção do desenvolvimento científico e tecnológico. Não se trata, evidentemente, de discursos contraditórios, mas, antes, de um desafio pouco enfrentado pelas universidades brasileiras: “a inclusão com qualidade”.

---

<sup>4</sup> Para uma análise do projeto político pedagógico da UFABC ver MARCHELLI (2007).

O dilema da UFABC consiste em oferecer ensino superior de qualidade para um grande contingente de jovens. Mas como fazê-lo? O que tem predominado no cenário universitário brasileiro é a dicotomia entre quantidade (de alunos) e qualidade (de ensino). Uma divisão do trabalho em que as instituições públicas se encarregam de formar a elite acadêmica e as instituições privadas a mão de obra qualificada. (Balbachevsky, 2000)

A nova universidade teria como desafio histórico romper com esta dicotomia, oferecendo ensino público, gratuito e de qualidade para um grande número de alunos egressos de escolas públicas e privadas do ensino médio. As previsões iniciais, na época do seu primeiro vestibular, apontavam que em 2011 a UFABC teria “25% de todas as matrículas de alunos de baixa renda que cursam faculdade pública em São Paulo” (26/09/2009).<sup>5</sup>

A partir da análise de dados sobre o perfil sócio-econômico dos primeiros candidatos ao vestibular da UFABC, o presente trabalho problematiza as dificuldades enfrentadas pela universidade para se afirmar, ao mesmo tempo, como expoente da inclusão social e instituição de “ponta” na comunidade acadêmica brasileira. O dilema ufabceano demonstra os limites da adoção isolada de ações afirmativas de ingresso no ensino superior, não acompanhadas pela renovação dos instrumentos de seleção dos candidatos.

### ***Fonte de dados e variáveis selecionadas***

Durante os três primeiros processos seletivos da UFABC foram coletados dados sócio-econômicos referentes a 30.328 candidatos (12.508 para o primeiro vestibular, 2007; 9.392 para o segundo, 2008; e 8.428 para o terceiro, 2009). Os questionários aplicados pela Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista (VUNESP) contaram com 46 perguntas para todos os vestibulandos. Portanto, compreende a população e não apenas uma amostra dos candidatos.

Devido às limitações de espaço do presente artigo, as variáveis analisadas nesse trabalho são: local de residência, origem escolar (pública ou

---

<sup>5</sup> ([http://www.universia.com.br/noticia/materia\\_clipping.jsp?not=32328](http://www.universia.com.br/noticia/materia_clipping.jsp?not=32328))

privada) e auto-identificação de raça/cor.<sup>6</sup> Estas variáveis estão diretamente associadas às principais políticas de inclusão regional e social definidas pela universidade: oferta de novas vagas públicas para os jovens da região do Grande ABC Paulista, reserva de vagas (50%) para egressos das escolas públicas e cotas para negros (pretos e pardos) e indígenas.

Há relativa escassez de informações estatísticas sobre os jovens egressos do ensino médio brasileiro.<sup>7</sup> Em geral, não são divulgados dados sistemáticos sobre o perfil sócio-econômico dos candidatos ao ensino superior, sejam os candidatos às vagas nas novas instituições de ensino criadas nos últimos anos, seja em relação aos candidatos às universidades tradicionais. Dessa forma, as políticas públicas praticadas tendem a não levar em consideração as necessidades materiais e as características sociais dos que deveriam ser beneficiados por elas. Daí a importância em se conhecer dados empíricos sobre os potenciais beneficiários pelas políticas de inclusão no ensino superior.

Este trabalho pretende contribuir para o preenchimento de parte desta lacuna na produção acadêmica e na formulação de políticas educacionais com a análise de dados inéditos sobre o perfil sócio-econômico dos candidatos da recém criada UFABC.

### ***Velhos instrumentos para novos projetos***

Este espaço seria pequeno para eu lhe contar a história de mais de 25 anos de lutas da população do Estado de São Paulo, em geral, e dos municípios das 7 cidades que compõem o Grande ABC, em particular, para a criação, aqui nesta região, desta nova universidade.

**Hermano de Medeiros Ferreira Tavares**  
**Mensagem do Reitor – Vestibular 2007**

O primeiro processo seletivo de ingresso (vestibular) da Universidade Federal do ABC (UFABC) foi realizado em duas etapas: a primeira fase no dia 16 de julho de 2006 e a segunda no dia 30 de julho de 2006. Neste ano,

---

<sup>6</sup> Os dados completos da pesquisa incluem mais de 21 variáveis selecionadas do total de 46 questões aplicadas aos primeiros vestibulandos.

<sup>7</sup> É digna de nota a análise comparativa do perfil dos ingressantes da UFABC (Santo André), Unifesp (Guarulhos) e USP (Zona Leste) realizada por Barreyro e Aureliano (2009).

participaram do processo seletivo 12.508 candidatos.<sup>8</sup> O primeiro vestibular contou com uma expressiva participação de candidatos do Estado de São Paulo (66%), exclusive o ABC, e dos municípios do ABC Paulista (29%), totalizando 95% dos vestibulandos.

Os candidatos concorreram a uma das 1500 vagas do Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T), único curso de ingresso na UFABC. Trata-se de um bacharelado interdisciplinar de três anos de duração que tem como principal objetivo oferecer aos estudantes uma formação “extensa” e em “profundidade”, a qual os qualificaria para futuramente ingressar em uma das engenharias, licenciaturas ou bacharelados oferecidos pela universidade.<sup>9</sup> Caso desejem, também podem optar por finalizar seus estudos e parar nessa fase (BCT), recebendo um diploma de Bacharel em Ciência e Tecnologia.

O sistema de cotas adotado pela UFABC estabelece que metade das vagas (750) seja reservada para os alunos que cursaram integralmente o ensino médio em escola pública. Destas vagas 28,3% são reservadas para alunos da cor negra (pretos e pardos) e 0,1% para alunos indígenas.<sup>10</sup> Neste ponto, cumpre ressaltar que o sistema adotado pela instituição antecipou-se ao projeto de lei de cotas para as universidades públicas em análise no Senado Federal (Projeto de Lei da Câmara 180/08).

Não obstante o pioneirismo do sistema de cotas da recém-criada universidade, que atraiu um grande número de egressos das escolas públicas para o seu primeiro vestibular, o perfil sócio-econômico dos vestibulandos da UFABC mudou rapidamente em três anos de processos seletivos (2007, 2008, 2009), apresentando uma tendência de desregionalização e elitização dos candidatos.

Devido às limitações de espaço do presente artigo, a análise está concentrada nas variáveis mais diretamente relacionadas às políticas de inclusão regional e social praticadas pela universidade, quais sejam: I) a oferta de novas vagas públicas na região do ABC Paulista; II) a reserva de vagas para

---

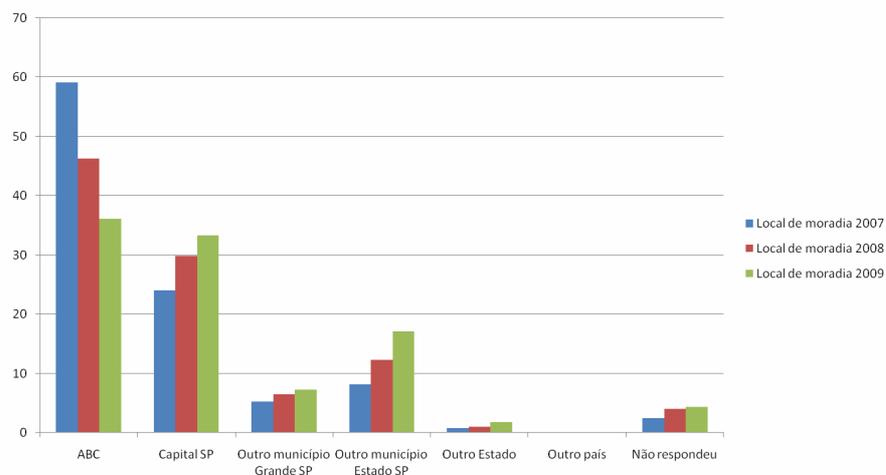
<sup>8</sup> Muito embora tenha sido realizado em 2006, para fins deste trabalho o primeiro vestibular da UFABC será identificado como 2007, ano de expectativa de ingresso da primeira turma de candidatos.

<sup>9</sup> No total são oferecidos 8 engenharias, 5 bacharelados e 4 licenciaturas.

<sup>10</sup> O critério adotado para as cotas foi a participação desses dois grupos na população da Grande São Paulo, segundo classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

os estudantes das escolas públicas e III) as ações afirmativas para negros e indígenas.

A pesquisa revela que, ao contrário do que seria esperado, ao longo dos seus primeiros anos de atividade, não obstante as ações afirmativas adotadas, a UFABC apresentou tendência decrescente de atração dos candidatos originários do Grande ABC, de egressos das escolas públicas e de negros e indígenas.



**Figura 1: Local de moradia dos candidatos**

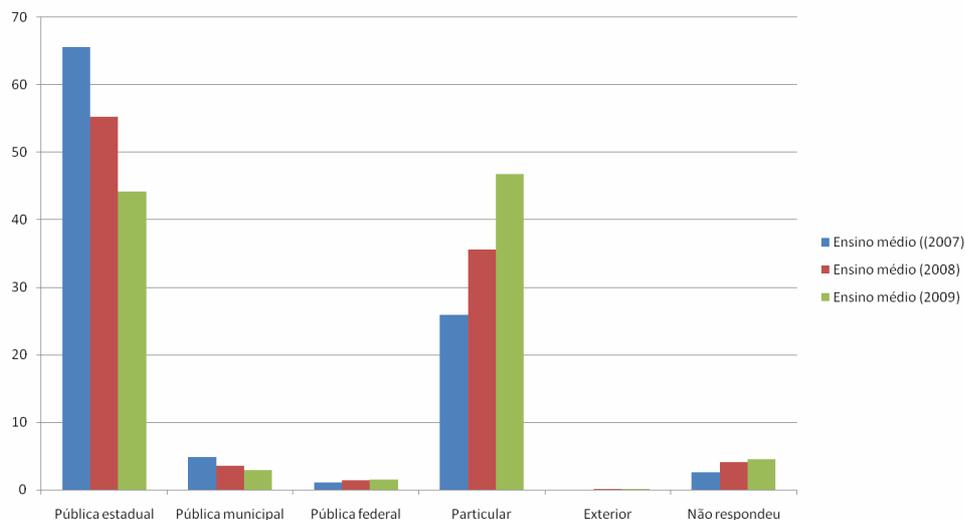
O primeiro vestibular realizado pela UFABC atraiu um grande número de candidatos da região metropolitana do ABC, aproximadamente 60% dos vestibulandos, seguidos pelos candidatos de São Paulo capital com cerca de 25%. Em parte, a grande participação regional no primeiro processo seletivo é explicada pela “demanda reprimida” em uma região que até o momento não contava com nenhuma instituição pública gratuita de ensino superior.

Contudo, no decorrer dos seus primeiros três anos de atividade houve uma tendência de redução da participação dos candidatos oriundos da região do ABC e aumento dos candidatos de outros municípios do Estado de São Paulo, em especial, da capital paulista (situada a menos de 15 quilômetros do *campus* da universidade). Enquanto a participação dos candidatos da região caiu de aproximadamente 60% para pouco mais de 35%, a participação dos candidatos

da capital aumentou de cerca 25% para mais de 30%, quase igualando com os candidatos do ABC Paulista.

Os dados coletados na pesquisa também indicaram uma redução do percentual de candidatos que nasceram no ABC Paulista: de 47% em 2007 para 38% em 2008 e 32% em 2009. Os nascidos na capital paulista, por sua vez, aumentaram sua participação de 25% em 2007 para 30% em 2008 e 34% em 2009. A participação de candidatos de outros municípios da Grande São Paulo e do Estado de São Paulo também aumentou neste período.

Ambas as tendências indicam que, muito embora uma das principais justificativas para a criação da UFABC tenha sido a reparação de uma “injustiça histórica” com a região, a universidade tem apresentado uma tendência decrescente de atrair candidatos originários (moradores ou nascidos) no ABC Paulista.



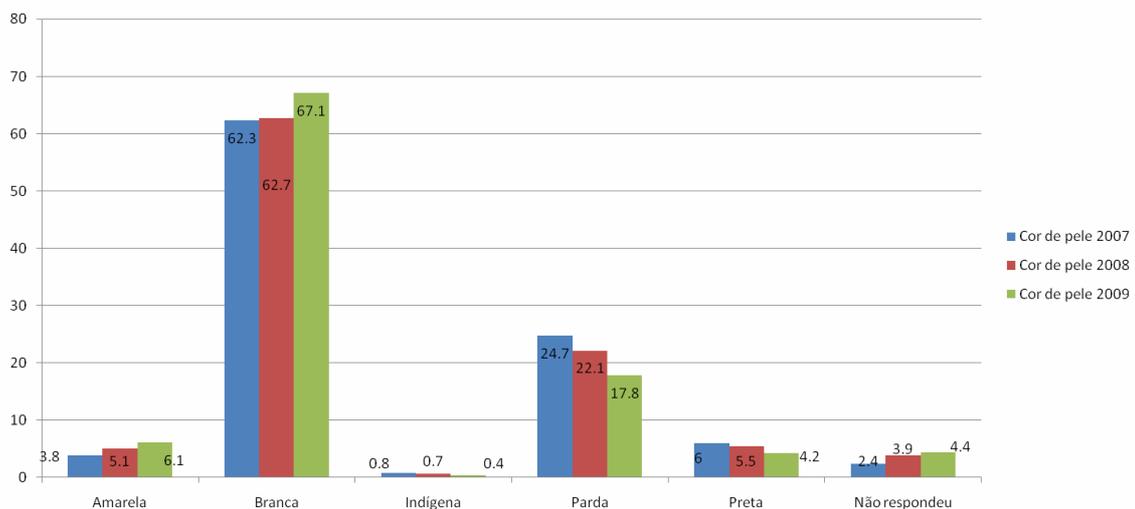
**Figura 2: Origem do candidato por instituição de ensino**

Apesar da reserva de vagas para os alunos de escolas públicas (50%), pode-se notar que há uma queda substancial de candidatos oriundos de instituições públicas de ensino (de aproximadamente 65% para cerca de 45%) e um aumento significativo de alunos oriundos de escolas particulares (de cerca de 25% para mais de 45%). Este fato indica que uma política de inclusão de

alunos que estudaram em escolas públicas, por meio de cotas, não se sustenta apenas com a reserva de vagas. A competição continua a ser desigual e há outros elementos que precisam ser analisados como parte do ingresso do aluno de escola pública em uma universidade pública.

Neste ponto, cumpre observar que ao contrário do que ocorreu no primeiro vestibular, cuja inspiração foi o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), no qual são cobradas mais as habilidades de raciocínio e interpretação, nos vestibulares posteriores a UFABC optou pela cobrança de conhecimento em termos de conteúdo adquirido no ensino médio, por considerar que o nível de seus primeiros ingressantes não era satisfatório em termos destes conteúdos.

Os dados coletados na pesquisa também revelaram uma queda substantiva, em 2008 e 2009, do percentual dos candidatos que estudaram no período noturno. A queda foi abrupta: de 40% no primeiro vestibular, para 4% no segundo e 3% no terceiro. Esses dados corroboram a tese de que o perfil do candidato à UFABC, a partir do seu segundo vestibular, mudou significativamente, apontando para um processo crescente de elitização, em especial, no que se refere à origem escolar dos candidatos, predominantemente de escolas particulares e do período diurno.



**Figura 3: Candidatos por cor da pele**

Podemos notar, na Figura 3, que também houve decréscimo de pretos e pardos candidatos ao ingresso na UFABC. No primeiro processo seletivo, 30,7% dos candidatos se identificaram como negros (pretos e pardos); 27,6% no segundo vestibular e 22% no terceiro. Inversamente, houve aumento de candidatos brancos aspirantes ao ingresso nessa instituição: 62,3% no primeiro processo seletivo, 62,7% no segundo e 67,1% no terceiro. O percentual dos candidatos auto-identificados como amarelos também aumentou: 3,8%, 5,1% e 6,1% respectivamente.

Estes dados indicam que as políticas de inclusão adotadas, cotas para negros e indígenas, foram relativamente atrativas no primeiro processo seletivo da UFABC. No entanto, os vestibulares posteriores mostram que o perfil do candidato está mudando e que a universidade tem atraído um número maior de candidatos oriundos de camadas mais abastadas da sociedade, predominantemente branca.

Esta tese é corroborada pelos dados relativos à renda familiar dos candidatos, coletados durante a pesquisa. No primeiro processo seletivo, preponderam candidatos com renda entre R\$ 500,00 e R\$ 2999,00. Há, no entanto, especialmente no terceiro vestibular, um aumento bastante elevado de vestibulandos que apresentam renda mensal entre R\$ 3000,00 e R\$ 9999,00. Os candidatos nesta faixa de renda mais do que dobraram a sua participação no vestibular de 15% no primeiro para 34% no terceiro. Pode-se, então, aferir que a tendência de elitização dos candidatos ao ingresso na UFABC aparece como um processo contínuo nos três primeiros processos seletivos organizados pela universidade.

Na seção seguinte, apresentamos uma breve análise dos resultados da pesquisa e alertamos para a ineficiência do uso de velhos métodos de seleção (vestibular) para a inclusão de novas camadas sociais no ensino superior. Se por um lado as ações afirmativas praticadas pelas universidades brasileiras buscam incluir novas camadas sociais na universidade, por outro, instrumentos tradicionais de seleção, como o vestibular, acabam por atrair os candidatos mais abastados para os processos seletivos destas instituições.

### ***Considerações Finais***

Os dados acima apresentados apontam para duas questões essenciais. Uma delas é a de que políticas públicas “solitárias”, isto é, políticas públicas que são elaboradas e implementadas de maneira isolada, sem que haja imbricação com outras, mostram-se suas fragilidades e limitações. Assim, políticas de ação afirmativa precisam ser vistas dentro de um contexto mais amplo em que outras políticas se coadjuvam para que haja, de fato, mudanças no que tange à inclusão educacional. Além disso, é necessário que essas ações afirmativas sejam suportadas pela sociedade civil e por ela legitimadas. Sobre essa questão, a afirmação de Zoninsein (2006, p. 75) é bastante propícia:

(...) as AA [ações afirmativas], por si só, não fornecem nenhum mecanismo automático para transformar os ganhos diretos das elites em ganhos para as minorias como um todo. Os efeitos líquidos das AA dependem da força das organizações civis da sociedade e do capital social dos grupos minoritários. O crescimento econômico lento, o desemprego, a desigualdade salarial e a exclusão dos serviços de saúde e ensino satisfatórios penalizam de maneira desproporcional os grupos minoritários e minam suas forças organizacionais.

A outra questão essencial diz respeito à maneira pela qual se articulam a velha forma de acesso à universidade, o vestibular, e a introdução de novas maneiras de promover a inclusão educacional. As ações afirmativas, por exemplo, são obstaculizadas pelo formato de acesso à universidade via vestibular, pois tradicionalmente essa é a via pela qual aqueles que fazem parte das elites brasileiras acessam o ensino superior. Portanto, é bastante contraditória a mescla de dois instrumentos de acesso ao ensino superior que, em essência, possibilitam a entrada de públicos tão diferentes e opostos. Essa contradição pode ser vista nos resultados apresentados neste trabalho.

O caso da Universidade Federal do ABC é paradigmático. Muito embora a universidade tenha adotado uma política pioneira de reserva de vagas (50%) para egressos de escolas públicas e de cotas para negros e indígenas, a tendência verificada no perfil sócio-econômico dos candidatos ao vestibular da UFABC foi de elitização, ao contrário do que era esperado pela prática das ações afirmativas.

Os três processos seletivos realizados pela universidade apresentaram tendência decrescente de participação de candidatos da região do ABC, de egressos de escolas públicas e de negros e indígenas; bem como de estudantes de famílias de baixa renda e oriundos dos cursos noturnos. Inversamente, os vestibulares da UFABC têm atraído um maior número de candidatos da capital paulista, egressos de escolas particulares, brancos, oriundos de cursos diurnos e de maior renda familiar. <sup>11</sup>

A partir da análise das variáveis sócio-econômicas diretamente relacionadas às políticas de inclusão social da Universidade Federal do ABC, o presente trabalho procurou demonstrar a contradição entre a utilização de instrumentos tradicionais de seleção de candidatos (como é o vestibular) e a implementação das ações afirmativas no ensino superior brasileiro.

Em síntese, no caso particular da recém-criada UFABC, parece ter ocorrido, nos seus primeiros anos de atividade, um processo de auto-censura dos candidatos que seriam potencialmente beneficiados pelas políticas de inclusão social praticadas pela universidade. Por outro lado, as mesmas políticas não foram capazes de inibir a crescente participação dos candidatos potencialmente prejudicados por elas, como seria esperado pelos críticos das ações afirmativas no ensino superior.

---

<sup>11</sup> Está em andamento a segunda fase desta pesquisa: análise dos dados sócio-econômicos dos alunos efetivamente matriculados na UFABC. Durante o período de matrícula para o terceiro quadrimestre de 2009 foi aplicado um *survey* eletrônico de 61 questões para a totalidade da população de estudantes da universidade. O preenchimento atingiu a marca de 2.599 formulários com quase todas as perguntas respondidas (menos de 1% dos questionários foram enviados em branco).

## **Referências Bibliográficas**

BALBACHEVSKY, E. “A profissão acadêmica no Brasil: condições atuais e perspectivas para o futuro”. In SCHMIDT, B. V.; Oliveira, R. e ARAGÓN, V. A. (orgs.) *Entre escombros e alternativas: ensino superior na América Latina*. Brasília: Editora UnB, 2000.

BARREYRO, G. B. e AURELIANO, A. F. “Perfil dos estudantes de universidades públicas do Estado de São Paulo: novos campi, velhas desigualdades?” Meeting of the Latin American Studies Association, Rio de Janeiro, Brazil, June 11-15, 2009.

BLANES, D. “Formulação de indicadores de acompanhamento e avaliação de programas sócio-assistenciais” In ACOSTA, A.R. & VITALE, M. A.F (orgs.) *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

BRITO, B. R. P. de. “A experiência de ações afirmativas da PUC/MINAS” In GOMES, N. L. & MARTINS, A. A. (orgs). *Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

CARVALHO, J.J. “Ações Afirmativas como Base para uma aliança negro-branco-indígena contra a discriminação étnica e racial no Brasil” In GOMES, N. L. & MARTINS, A. A. (orgs). *Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GONÇALVES, L.A.O. “Ações Afirmativas no Brasil” In GOMES, N. L. & MARTINS, A. A. (orgs). *Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

KENNEDY, P. *A Guide to Econometrics*. MIT Press, 5<sup>th</sup> ed., 2003.

MARCHELLI, P. S. O Novo projeto universitário no Brasil e o foco no currículo interdisciplinar. *Revista e-Curriculum, PUCSP – SP*, Volume 3, número 1, dezembro de 2007.

Disponível em <http://www.pucsp.br/ecurriculum> . Visitado em: \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

ZONINSEIN, J. & FERES JÚNIOR, J. “Ação Afirmativa e Desenvolvimento” In ZONINSEIN, J. & FERES JÚNIOR, J. (orgs.) *Ação Afirmativa e Universidade: experiências nacionais comparadas*. Brasília: Editora UnB, 2006.

ZONINSEIN, J. "Minorias étnicas e a economia política do desenvolvimento: um novo papel para universidades públicas como gerenciadoras da ação afirmativa no Brasil? In ZONINSEIN, J. & FERES JÚNIOR, J. (orgs.) *Ação Afirmativa e Universidade: experiências nacionais comparadas*. Brasília: Editora UnB, 2006.